

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA PENSAR A REGIÃO NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO

THEORETICAL-METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS TO THINKING ABOUT THE REGION IN THE PERIOD OF GLOBALIZATION

CONTRIBUCIONES TEÓRICAS Y METODOLÓGICAS A PENSAR LA REGIÓN EN EL PERÍODO DE LA GLOBALIZACIÓN

Santiago Andrade Vasconcelos
Universidade Federal de Campina Grande
santiagovasconcelos@yahoo.com.br

Resumo: Entender a região enquanto recorte analítico, categoria de análise e realidade geográfica no período da globalização compõem objetivos do presente ensaio. O período atual tem promovido mudanças substanciais que marcam o momento do espaço-tempo do mundo, implicando em recomposições e transformações espaciais que não podem ser negligenciadas. A presente reflexão deriva de leituras de referenciais teóricos e metodológicos produzidos por diferentes autores. Contrariando análises apressadas que pregaram a morte da região, verifica-se a sua reafirmação na organização espacial. Os estudos espaciais não podem deixar de considerar as diferentes tipologias regionais resultantes da globalização e da lógica de reprodução capitalista na escala mundial. Empiricamente as regiões aparecem na organização do espaço mundial com diferentes níveis de modernizações, inserções, funções e articulações na divisão internacional do trabalho, porém, independente dos níveis, no período atual, todas elas participam do mesmo sistema de reprodução do capital.

Palavras-chave: Região, Modernizações, Período da Globalização.

Abstract: Understand the region as analytical approach analysis category and geographical reality in the period of globalization comprise objectives of this essay. The current period has promoted substantial changes that will marking the moment of space-time in the world, implying recompositions and spatial transformations that cannot be overlooked. The present reflection is derived from readings of theoretical and methodological frameworks produced by different authors. Contradicting hasty analyzes that preached the death of region, it turns its reaffirmation in the spatial organization. Alert that space studies cannot but consider the different regional typologies resulting from globalization and capitalist reproductive logic in world scale. Empirically regions appear in the organization of the world space with different levels of modernizations, inserts, functions and joints in the international division of labor, however, independent levels, in the current period they all participate in the same capital reproduction system.

Keywords: Region, Modernization, Globalization Period.

Resumen: La comprensión de la región en su enfoque analítico, categoría de análisis y realidad geográfica en el período de la globalización componen los objetivos de este ensayo. El período actual ha promovido cambios sustanciales que marcan el momento presente del espacio-tiempo del mundo, resultando en recomposiciones y transformaciones espaciales que no pueden despreciarse. Esta reflexión se deriva de lecturas teóricas y metodológicas producidas por diferentes autores. Al contrario de los análisis apresurados que predicaban la

muerte de región, notas a su reafirmación en la organización espacial. Estudios espaciales no pueden dejar de considerar las diferentes tipologías regionales fruto de la mundialización y de la lógica de reproducción capitalista en todo el mundo. Regiones empíricamente aparecen en la organización del espacio mundo con diferentes niveles de modernización, inserciones, las funciones y las articulaciones en la división internacional del trabajo, sin embargo, independientemente de los niveles en el período actual, todos ellos participan en el mismo sistema de reproducción del capital.

Palabras llave: Región, Modernización, período de globalización.

Introdução

Pensar a região no contexto do atual período da globalização é o empreendimento que aqui se busca enfrentar. Aventou-se recentemente que não fazia mais sentido estudar a região em um tempo de difusão planetária da mesma lógica do modo de produção, articulada em rede numa tessitura que abarca o espaço mundial. Contrário ao pensamento defensor do fim da região, as ideias aqui anotadas são de vê-la com destaque na realidade espacial, algo imprescindível ao funcionamento do modo de produção capitalista na atual fase da história, já que esse não se realiza senão pelas regiões, aproveitando-as em suas particularidades e possibilidades de exercerem funções específicas na divisão territorial e internacional do trabalho.

O período da globalização traz consigo um conjunto de mudanças que representam a época atual, isto é, são modernizações materiais e imateriais que tendem cada vez mais a tornarem-se concretudes nas regiões, fazendo-se empiricamente no espaço-tempo do presente.

As modernizações se difundem em formas de eventos que só se concretizam territorialmente em regiões (e lugares), não sendo estas inertes aos novos eventos, nem tampouco os eventos que carregam as modernizações se direcionam para todas elas. Regiões e lugares são previamente selecionados de acordo com os interesses capitalistas do momento. Logo, a resultante será um amálgama regional fruto da expansão heterogênea das modernizações do presente entrelaçadas às concretudes do passado. Desse modo, é necessário entender as lógicas responsáveis pela resultante (região), bem como as particularidades internas de cada região e suas inserções e vinculações com o externo, ou seja, percebê-las enquanto parte de um todo e ao mesmo tempo perceber o todo na parte, dialeticamente. Esse encaminhamento de método pode ajudar a compreender o presente, a totalidade fugaz e seus processos de totalizações em suas particularidades territoriais. Enfim, ver o presente pela região não impede de conhecer a totalidade, lembrando que “a totalidade não se entende sem que seja, antes, subdividida” (SANTOS, 1992, p. 55).

Admite-se ser necessário compreender as regiões que engatam na lógica do período com maior densidade e efetividade, mas, igualmente se faz necessário estudar as outras regiões que

recebem mais tardiamente e com rarefação os vetores da modernidade. Essas diferenciações regionais da presença dos vetores imperiosos da modernidade são, na verdade, faces de um mesmo processo, onde cada região é o outro da outra, produzidas pela mesma lógica do modo de produção capitalista e que por isso, não se admite pensar, principalmente em tempos de globalização, que as diferenciações regionais são dadas por estágios diferentes de desenvolvimento, mas sim, deve-se encará-las como diferenciações produzidas pelas escolhas empreendidas pelas ações capitalista frente ao contexto de desenvolvimento desigual e combinado.

Região e globalização

Entender a complexidade do fenômeno regional num período de “tempos rápidos”, de mudanças permanentes e da interligação reticular do Planeta, com a alta densidade de variados tipos de fluxos, não é tarefa fácil, pois requer habilidade em compreender dialeticamente a região inserida no todo e, da mesma maneira, compreender o todo na região. Uma das possíveis estratégias metodológicas que tanto abarca o interno regional quanto o externo é o recorte das horizontalidades e das verticalidades, visto que, as horizontalidades nos revela o acontecer solidário, o uso propriamente dito do território, a produção, os capitais fixos, o trabalho, o trabalhador e as técnicas, a organização, os arranjos e rearranjos das relações de produção interna, a complacência, a revolta etc. Enfim, expõem a vida em todas as suas dimensões circunscritas à região, da mesma maneira que mostram a empiricização do tempo enquanto eventos reais e geograficamente materializados, garantindo assim continuidade transformadora e funcionalidade ao mutante arcabouço regional.

Mas as horizontalidades não se dão independentes ou isoladas do mundo, e sim com o mundo. Assim o porquê de incluir as verticalidades, já que essas são as responsáveis pela ligação seletiva do acontecer regional com os outros acontecimentos do mundo. São as verticalidades que nos propiciam perceber a parcela da vida regional que são ditadas e produzidas à distância. Elas permitem revelar os artifícios usados para que interesses longínquos sejam atendidos no plano horizontal da região, além de evidenciarem como os eventos a atingem seletivamente, frente a um cenário de divisão internacional do trabalho assentado em territórios distintos. Em suma, a coexistência de horizontalidades e verticalidades resulta na dinâmica das regiões, dos lugares e do mundo. Aliás, o mundo só se faz concretude, objetivamente nas regiões e nos lugares (VASCONCELOS e SÁ, 2007, p. 131-132).

Tratada dentro do leque de possibilidades de estudo abarcado pela Ciência Geográfica, a região é uma das mais antigas, complexa e controversa das preocupações dos geógrafos.

Contudo, apesar de sua antiguidade na abordagem geográfica, ela ainda é corrente em pesquisas de alguns geógrafos e não geógrafos, mesmo frente às apregoadas teorias que ditam a “morte da região”, que têm como viés interpretativo o fato do espraiamento capitalista recente que passa a cobrir praticamente a totalidade dos quadrantes territoriais habitado do Planeta.

É bom frisar, primeiramente, que existem regiões por haver heterogeneidade espacial, e essas são passíveis de delimitação territorial, ou seja, regionalização. O espaço banal não é homogêneo. É formado pelo conjunto de subespaços diferenciados em sua organização específica e historicamente determinada pelas relações dialéticas do fazer-refazer-fazer dos sistemas de ações em sintonias indissociáveis com os sistemas de objetos, criando assim, espaços distintos, mas, interligados, que em conjunto, asseguram o funcionamento total da sociedade. São as distintas feições das relações sociais, econômicas, culturais, técnicas, naturais etc., constituídas e apropriadas historicamente, que caracterizam e dão peculiaridades ao espaço, possibilitando dividi-lo em pedaços diferenciados, com atribuições funcionais específicas. De acordo com Haesbaert, esse recorte espacial do específico e do singular no enfoque regional é ponto comum entre os clássicos da geografia, como Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Rartshone (HAESBAERT, 1999, p. 17-18). Segundo Kayser (1980, p. 279) “‘porção de espaço terrestre’, qualquer que seja o modo pelo qual for considerada ou a utilidade que lhe for atribuída, a região é de qualquer forma um fenômeno geográfico” (KAYSER, 1980, p. 279). Portanto, enquanto fenômeno geográfico ela deve fazer parte da atenção dos geógrafos.

Esses recortes espaciais seriam o resultado da simbiose do conjunto de feições internas somado às ligações com as feições externas, ritmadas pela divisão do trabalho e interligadas por redes de toda ordem. São essas relações, ocorrendo no território de modo particular, que viabilizam chamarmos esses “pedaços” do espaço de região e que podem se manifestar em diferentes escalas, mas sempre estando incluídas na lógica de uma totalidade em seu processo de totalização, uma vez que a região é parte de um todo, como bem lembra Sandra Lencione:

[...] o conceito de região está vinculado à ideia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à ideia de divisão e à questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; considerando-a como uma totalidade aberta e em movimento (LENCIONE, 2003, p. 27-28).

Assim, a região como parte de um todo tem um papel funcional a desempenhar na engrenagem complexa desse todo em seu processo dialético e sempre inacabado de totalização, uma vez que o território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas em vários níveis, desde o local até o mundial (SANTOS, 2008a).

Poderíamos ter como pressuposto da diferenciação espacial o fato de que, conforme Santos, “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2002a, p. 202), e mais, “o espaço sempre foi o lócus da produção. A ideia de produção supõe a ideia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa” (SANTOS, 2008a, p. 72). Portanto, ao longo da história, as diversas frações do espaço foram sendo apropriadas e construídas diferentemente através do trabalho e de acordo com a cultura de cada povo, dando assim, seu modo de produção. Esse processo, só vai receber mudança significativa com a emergência do sistema capitalista e sua abrangência territorial acentuada, chegando hoje a se expandir sobre praticamente toda a face do globo. Entretanto, o que poderia ser à primeira vista uma homogeneização espacial devido à disseminação do mesmo modo de produção é, na verdade, uma heterogeneidade, pelo fato das próprias contradições internas que asseguram o funcionamento do sistema capitalista. Por conseguinte, temos como resultado, o desenvolvimento desigual e combinado, expresso geograficamente em desigualdades espaciais, sendo que essas devem ser vistas “como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”, como bem assevera (SMITH, 1988, p. 151).

Contudo, a diferenciação espacial produzida pelo próprio sistema capitalista tem bases de sustentação na divisão territorial do trabalho, pois, como bem destaca Smith (1988, p. 152), “a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho”. Assim, as segmentações assentadas espacialmente com suas desigualdades entre si, servem a usos seletivos, com funções distintas para cada recorte territorial, emergindo então, a questão da região. Esses usos seletivos do território são interligados e assegurados por fluxos, já que “o espaço é o teatro de fluxos com diferentes conteúdos, intensidades e orientações”, além do que, “o espaço total é formado por todos esses fluxos e por todos os objetos existentes” (SANTOS, 1999, p. 14).

De acordo com Santos, regiões são subdivisões do espaço, desde o espaço total até o espaço local, já que as cidades maiores são passíveis de regionalização. Para o autor supracitado, “as

regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional”. Conforme ainda Santos, são justamente as sucessivas divisões do trabalho (cada vez mais ampliadas e intercambiais, resultando na aceleração do movimento e das mudanças), que movem tal realização regional (SANTOS, 1998, p. 98).

A divisão territorial e social do trabalho, “movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares”, como também “cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições”. “Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho” (SANTOS, 2002b, p. 131-136), cada qual com suas temporalidades oriundas de cada evento, com sua escala de abrangência, obedecendo a um papel específico na hierarquia organizada pela própria divisão que se materializa, criando um tempo-espaço particular resultante desse movimento conjunto. A divisão territorial do trabalho resulta na distribuição de práticas espaciais nas diferentes regiões, ou seja, “um conjunto de ações espacialmente localizadas” (CORRÊA, 2002, p. 3).

Nesse contexto, as regiões são, ao mesmo tempo, condicionantes e condicionadas pela divisão territorial do trabalho, que busca fins específicos de cada lugar. A divisão territorial do trabalho não estar organizada aleatoriamente, mas assentada de acordo com as formas-conteúdo de cada região do Planeta, ou seja, com a composição técnica-organizacional, que agora, com a “cognoscibilidade do Planeta” passa a ter suas possibilidades conhecidas na escala mundial (SANTOS, 2002b). Assim, para Elias, “a região é resultado do impacto das forças externas/modernizantes e a capacidade de suas virtualidades, mero espaço de conveniência, mero lugar funcional do todo; uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberta às influências exógenas e aos novos signos do período atual” (ELIAS, 2003, p. 56). A região seria a síntese resultante das forças externas e internas, um recorte territorial marcado por horizontalidades, mas que, principalmente no período atual, não funciona sem as verticalidades, eventos e ordens externas.

Contrariando quem imagina que a região acabou, devido ao estágio atual da globalização, Santos mostra que

na mesma vertente pós-moderna que fala de fim do território e de não-lugar, inclui-se, também, a negação da ideia de região, quando exatamente, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora,

exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconhecamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamamos por outro nome (SANTOS, 2002b, p. 246).

O autor supracitado atualiza a maneira como devemos enxergar a região diante das rápidas transformações do nosso tempo, então vejamos alguns apontamentos do autor:

Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repentinas, na forma e no conteúdo das regiões. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial. As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem (SANTOS, 2002b, p. 247).

Segundo Silveira (2003, p. 408), “para compreender a existência e a constituição, hoje, da região, seus papéis, suas funções e seus limites, torna-se necessário, como para tantas outras situações, considerar o presente como um período histórico”. Para essa geógrafa, a globalização pode ser entendida como um período histórico, uma vez que a ciência, a técnica e a informação comandam a produção e o uso dos objetos, e concomitantemente impregnam as ações e determinam as normas. Esse também é o período da aceleração em que

intensificam-se as trocas, as relações entre diferentes áreas do Globo tornam-se mais intensas e assumem diversos papéis, não só econômicos, mas também políticos, culturais etc. Qualquer parte do Globo ganha nova conotação, tornando-se cada vez mais aberta, mais vulnerável às influências exógenas. As crescentes relações com áreas cada vez mais distantes, suprimem as veleidades de autonomia. Não há, pois, como considerar a região como autônoma (SANTOS, 1997, p. 46).

É certo que o mundo mudou e com ele a região. Ora, “o mundo, como um todo, tornou-se uno para atender as novas necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima das

regiões, países, culturas etc. Mas, enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente” (SANTOS, 1997, p. 46). Santos acrescenta que “se o espaço se torna uno para entender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização”. E, ao contrário do pensamento de alguns, M. Santos prossegue e vai nos dizer que “esta [a mundialização] não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos” (SANTOS, 1997, p. 46-47). Com isso, surgem novos conteúdos no fenômeno regional e a necessidade de interpretá-los de acordo com o tempo atual. Para tal desafio, Santos (1997, p. 46-48) nos oferece algumas dicas, como seguem:

- Entender o funcionamento da economia ao nível mundial e seu reatamento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos;
- Estudar as relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição;
- Compreender as diferentes maneiras de como um mesmo modo de produção se reproduz diferentemente nas regiões, dadas as suas especificidades herdadas somadas as novas dinâmicas.

Entender a região na atualidade implica compreender as modernizações que se geografizam em seu território erguendo um novo arcabouço, com conteúdos e funções que assumem a expressão do espaço-tempo do mundo e da região enquanto manifestação funcional do presente.

Porém, como já apontado, salienta-se que o acolhimento das modernizações nas regiões, não ocorre da mesma forma. Elas provocam impactos de modos diferentes, pois “concorrerão” para isso “a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste” (SANTOS, 1997, p. 47). Podendo surgir então, conflitos entre o que já existe e o novo que está chegando. Em outras palavras, isso se traduz, no período atual, num conflito entre racionalidades portadas pelas verticalidades e contra-racionalidades oferecidas pelas horizontalidades. Desse conflito, admite-se também poder surgir contra-finalidades. A região será a síntese dialética resultante desses conflitos.

Há de se acrescentar ainda, que “o estudo do espaço exige que se reconheçam os agentes” que o produzem, como também “o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho” (SANTOS, 2002a, p. 262). A partir de tal procedimento é possível desvendar as relações de produção, os agentes dominadores e os dominados, isto é, os exploradores e os explorados, além dos meios utilizados para forjar tais relações. Essas relações se dão numa hierarquia organizada internamente a região e vinculada ao externo, já que a parte não está isolada do todo. Ou melhor, reproduzem-se na região relações que se passam numa escala bem maior, animando a vida e o fazer na região por meio de ações e intencionalidades variadas.

Pode-se considerar a região como uma área de ocorrência de fenômenos que, com o movimento permanente da história, acumula eventos do mundo acolhidos (em parte ou no todo), ao tempo em que também é produtora de eventos. Sendo a região acolhedora, produtora e desencadeadora de eventos, devido sua herança material e imaterial, criam-se e recriam-se formas materiais e sociais que desenham seus contornos sempre mutáveis. Silveira corrobora ao afirmar que a cada novidade da história, a extensão e os limites do fenômeno regional mudam. Como o movimento do fazer e refazer são contínuos e se dão com e como eventos, as formas e limites regionais estão em constantes mudanças, não podendo ser tratados sob a ótica absolutista e escalar. Dessa forma, a região se daria como “resultado de um processo e não como ponto de partida estático, os limites seriam uma manifestação do tamanho do acontecer. Muda a extensão do fenômeno – a região – porque muda a constituição do território. A coerência funcional – e não os limites – definiria a continuidade da vida da região” (SILVEIRA, 2003, p. 410).

Realizando um corte horizontal na região pode-se revelar sua composição técnica e organizacional atrelada ao seu território. A composição organizacional das regiões pode ser reveladora de modos diferentes de fazer, de agir e de pensar o mundo. São cristalizações herdadas pelo coletivo regional que lhe dão uma identidade própria, muitas vezes, desordenadoras e avessas às inovações externas, às imposições alienígenas. A composição técnica, por sua vez, refletirá de certa forma, a composição organizacional, já que ambas são indissociáveis no processo de construção e reconstrução regional. No prisma mercadológico e mais visível a partir do corte vertical, essa composição é imprescindível enquanto potencial e possibilidade para ações seletivas do capital, uma vez que o aproveitamento das diferenciações espaciais assegura a funcionalização e a reprodução do sistema do capital na escala mundial, resultando em particularidades funcionais sob a forma de regiões hierarquizadas através da divisão territorial do trabalho.

Para entender a região, seja qual for o recorte histórico adotado, não se pode perder de vista que “como todo processo histórico, convivem as novidades com as heranças, o antigo e o recente, o novo e o velho”, sendo que “a intensidade com a qual cada um destes se impõe perante o outro é determinada social e espacialmente. Corresponde ao analista distinguir onde está o predomínio e tentar explicá-lo” (SANTOS & ARROYO, 1997, p. 57).

Ademais, “a geografia tenta entender que período e região, longe de constituir simples unidades temporárias e espaciais autônomas, constituem, no rigor da verdade, uma única totalidade menor tributária de uma totalidade superior ou totalidade-mundo que é o espaço-tempo” (LENDE, 2006, p. 153). Confirmando assim, o motivo pelo qual a região enquanto expressão temporária do período não poder ser explicada por ela mesma como se fosse um todo isolado no tempo e no espaço.

A região frente ao rearranjo produzido pelo período da globalização

O período atual é caracterizado por uma modernidade-mundo globalizada. Sua difusão é extremamente rápida, fazendo com que esteja presente em todos os lugares, embora com algumas defasagens. Essa realidade atual é a “cara” da totalidade, que em sua totalização espalhou-se sobre todo o planeta e difundiu suas modernizações, constituindo assim o espaço-tempo do presente: o período da globalização com sua base geográfica expressa no meio técnico-científico-informacional.

A globalização e a emergência do seu novo meio geográfico rearranjaram o espaço na escala mundial. O espaço mundial ao acolher as modernizações recentes passa por uma nova formatação, alterando formas e conteúdos nas regiões e lugares. Muda o mundo, muda as regiões, muda os lugares.

Com o fortalecimento e maior nível de integração e de intensidade nas relações da economia-mundo ocorrem ajustes espaciais, recomposições espaciais que terão rebatimentos nos arcabouços regionais e em seus funcionamentos. Os atributos geográficos dos lugares passam por uma nova seleção sob a batuta do movimento de acumulação do capital, a escala planetária; particularidades e singularidades vantajosas são trunfos imprescindíveis no ambiente de competitividade agressiva da atualidade. Assim, o espaço é revalorizado e reafirma sua heterogeneidade, contradizendo aqueles que pregaram a homogeneidade advinda do espraiamento do capitalismo sobre toda a face da terra. A própria lógica de funcionamento do capitalismo, devido às suas contradições imanentes, é quem produz a heterogeneidade espacial. Observando a realidade capitalista na atualidade, sob a ótica espacial, Harvey atesta que

o mundo não se apresenta como um tabuleiro sobre o qual a acumulação do capital jogou o seu destino. É uma superfície muito variada, diferenciada ecológica, política, social e culturalmente. Os fluxos de capital encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros, em diferentes fases de desenvolvimento. O contato com o mercado global capitalista levou algumas formações sociais a se inserirem agressivamente, enquanto outras não o conseguiram com efeitos extremamente importantes (Harvey, 1998, p. 67).

Assim, a globalização não tem como corolário a homogeneização espacial, muito pelo contrário, ela é sinônimo de heterogeneidade, desde que a considere na lógica do modo de produção capitalista, que tem sinonímia de desigualdades, de injustiças. No período atual, as desigualdades sociais e também espaciais foram ampliadas, ficando passíveis de serem cartografadas e, se fosse o caso, na tentativa de representação coroplética do real, poder-se-ia obter como resultado, grandes hiatos espaciais expressos entre cores muito “quentes” e cores muito “frias”, ou mesmo uma imagem do mundo assemelhada a um monstro se optássemos por representações anamórficas¹.

Os atributos que valorizam cada recorte espacial e atraem os fluxos de capital não são fixos no tempo histórico, eles mudam com a sociedade e o desenvolvimento capitalista, o que justifica os ajustes espaciais constantes. Esses são o resultado das manobras do sistema do capital em seus processos de reciclagem e de reinvenções na tentativa de superar seus ciclos de crise. A produção capitalista do espaço expressa todos os processos de formatação e de funcionamento dele próprio, materializados em paisagens variadas, formando mosaicos de elementos que guardam enquanto testemunhos de seus ciclos e dos usos do território historicamente. O espaço é repleto de formas-conteúdos variadas que são revelações das funcionalidades atribuídas a cada pedaço territorial e que compõem regiões funcionais do todo que asseguram, dada às condições técnicas do meio geográfico atual, a operação do sistema do capital na escala do mundo.

Nos dias atuais, por força do movimento do capital e suas demandas, a produção capitalista do espaço dar-se sob a égide da construção do meio técnico-científico-informacional como fato e como tendência devido à força difusora do período da globalização. Contudo, a realidade espacial guarda diferentes densidades desse novo meio geográfico, mas por ser global, funciona enquanto sistema, enquanto peças diferenciadas que se combinam e sem as

¹ Técnica da cartografia temática que produz alterações propositais nos tamanhos dos territórios de acordo com os dados representados, porém mantendo seus contornos.

quais a engrenagem da acumulação globalizada capitalista não funciona. Assim, cada fração territorial é imprescindível como peça da engrenagem maior, a global, em que cada peça (ou seja, território) tem sua função determinada, não importa seu tamanho ou sua função em um mundo em que o sistema do capital é global, está presente em todo Planeta, logo, não há como funcionar senão como sistema muito bem articulado e reticulado. Entendendo essas mudanças espaciais sob a perspectiva histórica e geográfica, Harvey afirma que “o capitalismo não pode sobreviver sem seus ‘ajustes espaciais’. O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses” (HARVEY, 2004, p. 80). Nesse contexto, o período da globalização demanda e implementa seus “ajustes espaciais” atendendo às exigências do capitalismo que “constrói e reconstrói uma geografia à sua imagem e semelhança” (HARVEY, 2004, p. 80).

Afirmar que o capitalismo constrói seu espaço enquanto sua imagem e semelhança significa dizer que toda sorte de desigualdades socioespaciais também são sua imagem e semelhança e não distorções do sistema. Conseqüentemente, as configurações do mundo, as classificações, por exemplo, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos são na realidade, produções imanentes do próprio capitalismo e não estágios rumo ao desenvolvimento. Por analogia, pode-se afirmar também, que as diferentes regiões do mundo e seus níveis hierárquicos são produções do capitalismo. Haesbaert (2010, p. 128) assinala que “a reprodução ampliada do capital exige também, constantemente, o refazer da diferenciação social e geográfica”. Portanto, as aparentes distorções como as desigualdades regionais não são propriamente distorções, mas a cara do próprio sistema do capital; é a marca espacial da sua contradição e dialética de funcionamento.

É inegável, independente da posição teórica-conceitual do geógrafo ou de qualquer outro estudioso, constatar que a realidade empírica do mundo atual é o resultado imperioso da lógica capitalista em ação, que imprime suas marcas no espaço, o produz, organiza-o e o aproveita conforme as conveniências momentâneas requeridas pela acumulação do capital. Nesse processo dialético, as regiões aparecem cada qual com seus graus diversos de possibilidades, como potenciais espaços a serem aproveitados funcionalmente e a exercerem papéis demandados pela reprodução do capital. Assim, as regiões formam tipologias momentâneas que correspondem às formas de suas inserções no estágio do modo de produção, internalizando-o de maneira objetiva e subjetivamente, movendo seus limites e alterando seu conteúdo. Esta constante produção da região se dá como resultante da dialética entre as forças internas e as forças externas que tocam e delegam funções à região. Razão pela

qual a região não ser inerte, nem tampouco imutável às transformações do mundo. O conteúdo, as funções, o viver e o fazer na/da região em cada momento acompanham seu tempo, seu período e, nos dias atuais, seu arcabouço está cada vez menos duradouro.

Os ajustes espaciais promovidos pela globalização ganham relevo e, sobretudo, perdem durabilidade devido à aceleração do presente. Os fluxos e movimentos de capitais são intensos e rápidos na escala do mundo, fazendo com que ocorram constantes ajustes espaciais de acordo com os interesses momentâneos. Sumariamente é possível afirmar que

[...] o processo de globalização reorganiza o espaço mundial. Os agentes globais, que comandam o processo, escolhem os lugares em função do cruzamento de duas variáveis. Seus próprios objetivos e os atributos dos lugares. É por isso que, ao contrário do que a palavra sugere, a globalização é um processo seletivo, gerador de desigualdade. Os agentes que realmente decidem abrem o mapa-múndi e escolhem onde vão crescer, onde vão se consorciar, de onde vão sair: a escolha é deles de acordo com seus objetivos estratégicos e dos atributos de cada território. Eles vão para determinados lugares e não vão para outros. Há lugares muito engatados na dinâmica global e outros bem menos. A globalização, portanto, é um processo que não anula as hierarquias, mas as recria (ARAÚJO, 2008).

No período da globalização a financeirização ganha relevo, notadamente devido seus agentes atuarem na escala do mundo, mas sem desconsiderar as particularidades dos territórios. Segundo Oliveira “[...] existe uma acumulação comandada pelo capital-financeiro, ou uma acumulação à dominância financeira. [...]” que “deslocou-se da forma capital-produtivo” para comandar a divisão internacional do trabalho “pela oferta de capital-dinheiro, que escolhe as localizações espaciais do capital-produtivo” (OLIVEIRA, 2006, p. 34). É assim que se estabelece uma verdadeira guerra espacial, uma “guerra de lugares”, onde cada lugar procura chamar a atenção do capital, mostrando suas vantagens através de marketing do lugar, querendo assim que o capital-dinheiro aterrisse e faça uso do seu território.

Nessa “guerra de lugares”, mesmo com a implementação das políticas neoliberais e a apregoada “morte do Estado”, este continua a agir vigorosamente como forte protagonista em promover a visibilidade e viabilidade de recortes territoriais eleitos como capazes de ser competitivos e de atrair o capital para assim engatar, quiçá, competitivamente na economia-mundo da globalização.

Contudo, todas as estratégias típicas do período atual colocadas em curso por grandes conglomerados, por firmas diversas, Estados-Nação, regiões etc., participam de um mesmo

movimento que formam a economia-mundo. As estratégias de inserção na economia-mundo colocadas em prática se expressam territorialmente dando contornos e características a manifestações regionais, já que “a globalização afeta os bens, os serviços, os mercados, os capitais, mas se aplica de forma muito desigual aos homens e, por isso, aos territórios” (PRECEDO LEDO, 2003, p. 286). Nesse sentido, Harvey (2004, p. 88), ver a globalização em curso “como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geograficamente desigual” tendo como resultado “geografias das desigualdades”, a fragmentação territorial (SOUZA, 1998), ou seja, do ponto de vista regional, assiste-se a ajustes espaciais conformando “regiões ganhadoras” e “regiões perdedoras” (BENKO & LIPIETZ, 1994), regiões dinâmicas e regiões menos dinâmicas, estagnadas (ARAÚJO, 2000), ou mesmo espaços do mandar e espaços do fazer, do obedecer (SANTOS, 2002b), bem como territórios centrais e territórios periféricos (RÜCKERT, MUNGÓI & RAMBO, 2009). Enfim, são novas geografias que se desenham no espaço mundial, personificando o espaço-tempo presente. Cabe estudar esse amálgama regional frente ao período atual, sem desprezar nenhuma das facetas espaciais da globalização, não só as regiões privilegiadas pelos atores hegemônicos, mas também aquelas regiões mais marginais, tidas como hegemônicas ou até mesmo rugosas.

A realidade geográfica atual deve ter em conta a concreção do novo meio técnico-científico-informacional. Graças às condições facilitadoras de fluxos materiais e imateriais propiciadas por esse novo meio geográfico, ocorre uma maior fugacidade dos eventos na escala do mundo, resultando em impactos seletivos e em graus diversos nos lugares. Com isso, as modernizações do período se difundem na escala planetária, resultando em modernidades territoriais de densidades variadas nas regiões, sendo esse um possível indicativo do grau de integração da região à globalização. Como resultado das variações de densidades dos imperativos da modernidade, teríamos, nas palavras de Silveira, um arranjo de geografias luminosas e geografias letárgicas (SILVEIRA, 1999). É possível identificar esses arranjos geográficos expressos nas regiões. As regiões com maior densidade das modernidades podem ser conhecidas como “luminosas” e “dinâmicas”, já as de menor densidade ou rarefeitas são as “opacas” e “letárgicas”, cabendo entre elas intermediações variadas. As regiões luminosas são aquelas com maior densidade de imperativos modernos relacionados ao conteúdo técnico, científico, informacional e normativo. Esse tipo regional são os “espaços da globalização”, recortes territoriais privilegiados pelo mercado e quase sempre pelo Estado enquanto viabilizador. Já no caso das regiões letárgicas e opacas, estas seriam o oposto das regiões luminosas, porém não fugindo ao processo geral do período que chega a todos os lugares e

recantos regionais. Esses dois tipos de manifestação geográfica coexistem espalhadas com arranjos particulares de acordo com cada recorte realizado, seja regional, nacional ou global. De acordo com Santos, aqueles recortes espaciais com maior densidade e comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar e os outros são os espaços do obedecer (SANTOS, 2008b, p. 101).

No espaço mundial essa cartografia de espaços do mandar e espaços do obedecer é bastante clarividente, expressando as desigualdades socioespaciais. Há um mosaico de países e regiões com densidades diversas dos aportes das modernizações do período, mas o processo abrange todo território mundial sem deixar nenhuma região à margem, o que é facilitado pela integração material e imaterial típica do período da globalização. Esse mosaico regional articulado e integrado se funcionaliza a partir de tramas particulares horizontais, mas ligadas às tessituras verticais, numa dialética de fixos e fluxos. Assim, temos a “dialética do território”, uma vez que, segundo Silveira, ela se constitui a partir do confronto e da síntese entre verticalidades e horizontalidades (SILVEIRA, 1999, p. 428).

A lógica das geografias das desigualdades pode ser vista em dados socioeconômicos, mas também é evidente na materialidade do espaço, uma vez que “o ambiente construído diferencia-se pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: o artifício tende a sobrepor-se à natureza e a substituí-la” (SANTOS, 2008b, p. 69), ou seja, as modernidades imperantes do período darão as especificidades do arranjo espaço-temporal presentes no território onde o seu acontecer pode ser materializado em regiões com seus respectivos adjetivos emergidos da realidade (letárgicas, opacas, não dinâmicas, perdedoras ou ainda as luminosas, dinâmicas, ganhadoras...). A consequente realidade espacial que tipifica cada região frente às modernizações é a “cara” do desenvolvimento temporal e geograficamente desigual. Nessa linha, Benko (2001, p. 9) diz que “nosso mundo global é assim um mosaico composto de uma miríade de regiões, de localidades, de países, que não são, necessariamente, equivalentes”.

As diferenciações regionais não são plasmadas e ficam inalteradas com o passar do tempo. Elas assumem feições e papéis a cada momento. Corroborando com essa ideia, Lende (2006, p. 141) assevera que “a cada momento da história, a ação das diversas variáveis depende das condições materiais e não materiais de existência do sistema temporário considerado, às quais lhe outorgam um valor, um significado e uma hierarquia”.

Sob o ponto de vista do capitalismo, em termos de pobreza e riqueza há uma desigualdade espacial visível em escala mundial, mas segundo Lipietz (1988, p. 29), na sua maneira de ver, “não há ‘região pobre’, há apenas regiões de pobres, e, se há regiões de pobres, é porque há

regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferentemente no espaço”. O pensamento desse economista refuta de vez a imaginação e a propagação ideológica de estágios de desenvolvimento, e encaminha a análise para entender as regiões num mesmo movimento em que riqueza e pobreza são resultantes de um mesmo processo que seria o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Assim, as “regiões de pobres” não estão atrasadas quanto ao desenvolvimento capitalista, elas estão atualíssimas e exercem um papel determinado na reprodução do capital, sendo, portanto, necessárias à existência das regiões dos ricos.

As diferentes situações das regiões não são permanentes em vista que “estamos constantemente fazendo e refazendo os tempos-espaços nos quais vivemos nossas vidas. E a globalização, imaginada através das lentes desta conceitualização de espaço-tempo [...]”, argumenta Massey (2007, p. 153), “é uma reestruturação profunda, mundial daqueles espaços-tempos, em linhas particulares. É um refazer daqueles espaços, lugares e culturas herdadas, mas sempre temporários e provisórios e que são sempre eles mesmos produtos híbridos de reestruturações prévias”. Compreendendo a questão do espaço-tempo enquanto momentos da totalidade, do ponto de vista empírico, ou seja, da totalidade concreta, é válido acrescentar que “cada país recria a totalidade planetária (isto é, um modo de ser do mundo, pretérito ou contemporâneo) de modo diverso e desigual. Cada período e região recriam o mundo e o país ao unísono, funcionalizando, objetivando e individualizando diferentes parcelas e combinações de ambos” (LENDE, 2006, p. 142). Para o autor, a região é uma faceta diferencial da totalidade-mundo, mediada, decantada ou “filtrada” pela formação socioespacial que opera como uma espécie de ponte entre a totalidade-mundo e a região. Assim, para compreender uma região não se pode negligenciar a escala nacional com sua formação socioespacial. A observação de escala não é só em termos espaciais como também, deve-se levar em consideração a intermediação de outra escala, a qual Santos (2005, p. 63) chamou de escala do tempo ao se referir que as significações das variáveis vindas do centro do sistema não têm o mesmo valor para todos os países, “pois cada país é portador de uma temporalidade própria, sem dúvida subordinada à temporalidade internacional fornecida pelo modo de produção. Essa temporalidade própria e interna ao país é igualmente objetiva, atuante e relativamente autônoma”. Segundo ainda o autor, tem-se o tempo externo ao país (do modo de produção dominante), o tempo interno do país (da formação socioespacial) e outros tempos subnacionais (das regiões e dos lugares). Os tempos internos são os tempos da totalidade tornada empírica, tornada espaço, isto é, convertida em território usado no país, nas regiões e nos lugares. Desse modo,

as regiões e os lugares não são nada mais do que lugares funcionais do Todo, esses tempos internos são também divisões funcionais do tempo, subordinados a dialética do Todo, ainda que possam, em contrapartida, participar do momento do Todo e assim influenciá-lo. É, aliás, por esse fato que as regiões e lugares, mesmo não dispendo de uma real autonomia, influenciam o desenvolvimento do país como um todo (SANTOS, 2005, p. 65).

Como já enfatizado, o posicionamento aqui defendido é o de que a escala nacional ainda tem importância capital e o Estado continua sendo um protagonista de destaque nessa fase da história, mesmo com a adoção das políticas neoliberais. Não há como negar também, o peso exercido pela formação socioespacial, seja em relação à escala exterior ou em relação às escalas internas. A formação socioespacial não é algo histórico que se perpetua inerte e sem transformações. Ela é dinâmica e acompanha o tempo-presente, as modernizações e a sociedade. É bom lembrar, como bem afirma Lende (2006, p. 148), valendo-se de Maria Laura Silveira, que

a natureza do processo de modernização remete-nos a um incessante movimento, sincrónico e diacrónico ao mesmo tempo, de gêneses, estruturação, reprodução e metamorfoses da sociedade e do território, mediado pelo perpétuo movimento da totalidade. Nesse processo de totalização-modernização, os objetos, as ações e as normas vão mudando, ganhando novas formas e funções. Esse processo paralelo de formação da sociedade e do território, de trabalho acumulado e trabalho presente, de construção material e política, é a formação socioespacia.

Desse modo, a formação socioespacial e o Estado não podem ser desprezíveis quando se quer entender as regiões, pois eles exercem ações e coerções no acontecer regional. Eles são os intermediadores ou catalizadores da relação global com o regional/local. No caso particular do Estado, este deve ser considerado também nas escalas inferiores do Estado nacional, de acordo com a organização política própria de cada país.

Considerações finais

Hoje fica evidente a importância de compreender a globalização como período histórico e não somente como algo praticamente exclusivo das relações econômicas e das redes de comunicação. Ela é mais que isso!

Diante do período atual a região ganha relevo e não pode ser negligenciada nos estudos geográficos. Ela continua um recorte espacial e categoria de análise importante, quiçá, até mais que antes.

Como a globalização impacta articuladamente todo ecúmeno, é necessário entender a presença desse período nas regiões como um todo, não desconsiderando aquelas que estão à margem dos centros de modernidades, afinal elas também fazem parte do todo e são funcionalizações do mundo. Assim, o desafio é compreender a região a luz do período atual, porém sem negligenciar suas heranças que veem de outros períodos do espaço-tempo do mundo e do acontecer regional. Por essa razão, Silveira (1999, p. 63) coloca que “a região decorre do rearranjo contínuo de tempos de diversas escalas. Funcionalização dos eventos do mundo mediatizados pelas formas e tempos da formação socioespacial, a região é complexa e o sistema de eventos que permite compreender uma dinâmica nacional se torna insuficiente”.

O estudo regional para ser coerente e realmente explicar a região como resultante de momentos da totalidade, não pode desprezar o acúmulo de tempos materializados no espaço e nas normas sociais. Isso implica dizer que, entre outros aspectos não menos importantes, deve-se conhecer a gênese da formação regional, as modernizações técnicas que foram se sucedendo em meios geográficos ao longo de sua história, bem como as funcionalizações produtivas de cada divisão territorial do trabalho. Entender a gênese, as técnicas e os usos do território que foram sendo realizados ao longo da formação e transformação do arcabouço das regiões são alguns dos aspectos que não podem faltar na análise.

Finalmente, reconhece-se que existe uma relação dialética da região no período da globalização e deste na região, indissociavelmente, mas, também contraditoriamente, resultando em definhamentos ou dinâmicas revigoradas, reestruturações, mudanças de limites e de funções que redefinem seu arcabouço, porém, não quer dizer que seja a “morte” da região.

Referências

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Globalização e território. *Le Monde Diplomatique Brasil*. (desenvolvimento), Junho de 2008.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 1, N. 2, p. 7-12, Mar. 2001.

- BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (Orgs.). *As regiões ganhadoras, distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994.
- CORRÊA, Roberto L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo C. e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 15-47.
- ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP*. São Paulo: Edusp, 2003.
- HARVEY, David. A geografia do manifesto. (trad. Gabriel Ondetti, Lauro Ávila Pereira e Lúcio Flávio de Almeida) *Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC, n. 4, p. 65-73. 1998.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano 1, nº 1, Niterói:UFF., p. 15-39. 1999.
- HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In.: GEORGE, Pierre; et al. *A Geografia ativa*. 5 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980, p. 279-321.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- LENDE, Sebastián Gómez. Tiempo y espacio, período y región. reflexiones teórico-metodológicas. *Geosul*. Florianópolis: UFSC, v. 21, n. 42, p 137-161, jul./dez. 2006
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MASSEY, Doreen. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis, n. 03, p. 142-155. 2007. Disponível em: <www.geograficas.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 22 de maio de 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. In. DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco (orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 33-60.
- PRECEDO LEDO, Andrés. La cuestión regional, una dimensión necesaria entre lo local y lo global. In.: RUBIO, Manuel Valenzuela (cood. Ed.). *Un mundo por descubrir en el siglo XXI*. Madrid: Real Sociedad Geográfica, 2003. p. 277-305
- RÜCKERT, A. Aldomar, MUNGÓI, Cláudio A. e RAMBO, Anelise G. Reforma do Estado e território: perspectivas de pesquisa em espaços periféricos à globalização no Brasil e em Moçambique. In. ALMEIDA, Jalcione (org.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. p. 9-28.

SANTOS, Milton. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. *Geosul*. Florianópolis:UFSC, n. 14, p. 49-59. 1992.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: EDUSP, 2002a.

_____. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002b.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, Milton e ARROYO, Mônica. Globalização, regionalização: a proposta do Mercosul. in: *Indústria e globalização da economia*. Brasília: SESI-DN, 1997. p. 57-64.

SILVEIRA, Maria Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: Fapesp/Laboplan, 1999.

_____. A Região e invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (org.). *Território Brasileiro: Usos e Abusos*. Campinas: edições Territorial, 2003. p. 408-416.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 4 ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 21-28.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VASCONCELOS, Santiago Andrade; SÁ, Alcindo José de. O período da globalização e a reafirmação das regiões. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, nº 3, set./dez. 2007.